

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Plano de Ação Governamental

BIÊNIO 2017-2018

PROGRAMA PAG 1

PROGRAMA PAG 2

PROGRAMA PAG 3

PROGRAMA PAG 4

PROGRAMA PAG 5



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças
(DGPCF)

Des. Milton Fernandes de Souza
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Cláudio de Mello Tavares
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desa. Elisabete Filizzola Assunção
1ª VICE-PRESIDENTE

Des. Celso Ferreira Filho
2ª VICE-PRESIDENTE

Desa. Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo
3ª VICE-PRESIDENTE



ANTERIOR



ÚLTIMA
VISUALIZAÇÃO



PRÓXIMA



IMPRIMIR



SAIR

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Fundamentação legal

O PAG está fundamentado nos preceitos pautados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e observa as normas e procedimentos voltados ao planejamento, à geração de despesas e à transparência da gestão de recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), portanto, é a principal fonte reguladora da execução do Plano de Ação Governamental – PAG, tendo em vista assegurar a qualidade da gestão fiscal e o equilíbrio das finanças públicas, além de zelar pela aplicação planejada dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, bem como pela preservação e conservação do patrimônio público e pela compatibilidade do planejamento com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos destinados ao custeio e ao investimento, aplicados na execução dos programas do Plano de Ação Governamental – PAG, são regidos pelas normas estaduais: Lei nº 2.524/1996, Lei nº 2.836/1997 e Lei nº 3.217/1999.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Apresentação

O Plano de Ação Governamental - PAG apresentado para o presente biênio, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 05/2018, está alinhado ao Planejamento Estratégico do PJERJ delineado para 2017/2018 e estruturado em consonância com o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (PPA-2016/2019).

Para a realização das ações planejadas e a consecução dos objetivos definidos no Plano de Ação Governamental - PAG, estão dispostos no Orçamento autorizado de 2017, assim como na Proposta Orçamentária aprovada para 2018, recursos destinados à sua execução.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Macro-objetivos

Por definição, os macro-objetivos constituem-se nos pilares que norteiam a elaboração e orientam a execução do Plano de Ação Governamental – PAG apontando para sua finalidade. São eles:

- **Avaliar e Acompanhar** a evolução das despesas públicas administradas pelo PJERJ em atendimento aos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e aos preceitos decorrentes de seus artigos 16 e 17, que tratam da geração da despesa pública e da despesa obrigatória de caráter continuado;

- **Compatibilizar e Adequar** os programas do referido Plano com o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA; e,

- **Disciplinar** a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, permitindo a fixação de prioridades em prol do equilíbrio fiscal, observada a continuidade dos projetos em andamento, de acordo com o disposto no artigo 45 da LRF, que trata da preservação do patrimônio público;

- **Assegurar** instrumento de ação planejada e transparente que permita a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar a manutenção da atividade jurisdicional.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Estrutura por Programação

O Plano de Ação Governamental – PAG é estruturado em cinco Programas com objetivos distintos onde são apresentados os projetos, as ações e as respectivas despesas com custeio e investimentos previstos, estimativamente, para o biênio.

Assim, o Plano de Ação Governamental – PAG para 2017/2018 totaliza o montante de R\$ 342 milhões, estando distribuídos:

Programas PAG:

1 Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

2 Racionalização da Prestação Jurisdicional

3 Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

4 Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário

5 Desenvolvimento das Políticas Institucionais

TOTAL GERAL

R\$ 342.160.000

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 1

PROGRAMA PAG 1

Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 29 milhões, sendo composto por um projeto estratégico e uma ação operacional, a saber:

PROJETO ESTRATÉGICO

- Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)

AÇÃO OPERACIONAL

- Bolsa de Estudo de Juiz Leigo

TOTAL R\$ 29.000.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 1

Garantir, com a ampliação do sistema de Processo Eletrônico, a celeridade processual e a efetividade dos provimentos jurisdicionais através da melhoria do sistema dos Juizados Especiais, bem como incrementar a quantidade de sentenças proferidas por meio do acompanhamento da atuação dos juízes leigos.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 1

Necessidade de promover a atuação do Juiz Leigo com metas de produtividade capazes de atender às demandas dos Juizados Especiais, sem prejuízo da qualidade técnico jurídica de suas decisões.

LEGISLAÇÃO

Lei Federal nº 11.419/2006, Lei Federal nº 12.153/2009, Lei Estadual nº 5.781/2010, Resolução CNJ nº 174/2013 e Provimento CNJ nº 22/2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 2

PROGRAMA PAG 2

Racionalização da Prestação Jurisdicional

O referido programa totaliza a importância de R\$ 20 milhões, sendo composto por oito projetos estratégicos e uma ação operacional, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Implementação das Audiências de Custódia (continuidade)
- Aprimoramento dos Mecanismos de Mediação e dos Métodos não Adversariais de Solução de Conflitos (continuidade)
- Multiplicação do Protocolo Violeta (continuidade)
- Restruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial
- Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais
- Aprimoramento do Modelo de Gestão da Dívida Ativa
- Fomentar a Redução da Taxa de Congestionamento nas Serventias Judiciais
- Operacionalizar Ações que Visem à Erradicação da Sub-identificação de Óbitos

AÇÃO OPERACIONAL

- Fortalecimento de Perícias

TOTAL R\$ 20.000.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 2

Adotar medidas que promovam maior celeridade e efetividade da prestação jurisdicional através da Implantação de projetos que contribuam para melhoria na prestação jurisdicional garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem para o incremento da celeridade dos provimentos jurisdicionais.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 2

Necessidade de reduzir a taxa de congestionamento dos Processos de Conhecimento da 1ª Instância, conforme estabelecida na equação abaixo:

$$\text{Taxa de Congestionamento} = \frac{\text{CpC}_{1^{\circ}}}{\text{TBaixC}_{1^{\circ}} + \text{CpC}_{1^{\circ}}}$$

Onde:

CpC_{1º}: Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

TBaixC_{1º}: Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 3

PROGRAMA PAG 3

Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

O referido programa totaliza a importância de R\$ 112 milhões, sendo composto por treze projetos estratégicos, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)
- Portal do Conhecimento do TJERJ (continuidade)
- Efetividade dos Indicadores Jurisdicionais (continuidade)
- Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)
- Aprimoramento da Gestão do Patrimônio – Fase 3 (continuidade)
- Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)
- Estudo Técnico para Atualização do Sistema Informatizado Administrativo (Processo Administrativo Eletrônico) (continuidade)
- Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)
- Aperfeiçoamento da Classificação dos Processos Judiciais
- Desenvolvimento da Certidão Eletrônica de Registro de Distribuição dos Feitos Judiciais Expedida pelos Distribuidores, Contadores e Partidores (DCP) do Estado do Rio de Janeiro

- Implementação do Sistema de Monitoramento nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas

- Estudo Técnico para Atualização dos Sistemas Informatizados de 1º e 2º grau

- Racionalização do Acervo Arquivístico do PJERJ – Documentos Administrativos

TOTAL R\$ 112.320.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 3

Garantir a evolução continuada da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, reduzindo a defasagem tecnológica relacionada aos sistemas, softwares e hardwares através da atualização dos sistemas administrativos, judiciais e corporativos, com desenvolvimento e aquisição de ferramentas de TI.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 3

Necessidade de adoção de medidas afetas à gestão corporativa da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, evitando riscos relacionados à defasagem tecnológica e em atendimento à Resolução CNJ nº 211/2015 e Lei Federal nº 11.419/2006.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 4

PROGRAMA PAG 4

Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário

O referido programa totaliza a importância de R\$ 180 milhões, sendo composto por quatro projetos estratégicos e duas ações operacionais, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)
- Mapear Áreas de Acessibilidade nos Fóruns do Estado do Rio de Janeiro
- Expansão do Sistema de Videoconferência nas Audiências nas Varas Criminais do PJERJ
- Plano de Obras

AÇÕES OPERACIONAIS

- Substituição do Sistema de Ar Condicionado do Fórum Regional de Jacarepaguá
- Substituição do Sistema de Ar Condicionado do Fórum da Comarca de São Gonçalo

TOTAL R\$ 180.370.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 4

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança através de adoção de medidas técnicas necessárias para o desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação de empresa e aquisição de equipamentos, visando a construção, reformas e adequação das instalações físicas do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 4

Atender as condições de sustentabilidade e acessibilidade das edificações do Poder Judiciário, conforme disposto nas Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, na Resolução CNJ nº 114/2010 e na Norma Técnica - NBR 9050 da ABNT, bem como, contribuir para a formação de ambientes saudáveis que proporcionem eficiência e qualidade operacional nos serviços prestados à sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 5

PROGRAMA PAG 5

Desenvolvimento das Políticas Institucionais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 470 mil, sendo composto por seis projetos estratégicos, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Aprimoramento da Governança Institucional Através do Fortalecimento dos Controles Internos, da Auditoria Interna e da Gestão de Riscos
- Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)
- Erradicação do Sub-Registro no Sistema Carcerário
- Programa Integrado de Gestão de Pessoas
- Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes
- Implementação das Casas de Família

TOTAL R\$ 470.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 5

Estabelecer diretrizes gerais que expressem os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão do Poder Judiciário, objetivando alcançar a visão, pautando-se sempre pelos valores institucionais.

O desenvolvimento das políticas institucionais baliza-se em focar os resultados sociais, na busca pela excelência no atendimento à sociedade, na promoção da responsabilidade social, na priorização das demandas da sociedade e na valorização dos magistrados e servidores.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 5

Necessidade de adoção de medidas afetas ao desenvolvimento das políticas institucionais do Poder Judiciário, através de projetos que permitam a melhoria na comunicação com a sociedade, a valorização das pessoas, bem como a promoção da cidadania e da inclusão social.



SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Concluída a exposição detalhada dos Programas que integram o Plano de Ação Governamental – PAG para o biênio 2017/2018, apresenta-se em anexo, de forma consolidada, os projetos estratégicos e ações operacionais que materializam o referido Plano.

ANEXO

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG Biênio 2017-2018 - CONSOLIDADO			
PROGRAMA PAG	2017	2018	Total
1 - APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	14.000.000	15.000.000	29.000.000
PROJETO ESTRATÉGICO	-	-	-
Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)			
AÇÃO OPERACIONAL	14.000.000	15.000.000	29.000.000
Bolsa de Estudo de Juiz Leigo			
2 - RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	9.000.000	11.000.000	20.000.000
PROJETOS ESTRATÉGICOS	-	-	-
Implementação das Audiências de Custódia (continuidade)			
Aprimoramento dos Mecanismos de Mediação e dos Métodos não Adversariais de Solução de Conflitos (continuidade)			
Multiplicação do Protocolo Violeta (continuidade)			
Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial			
Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais			
Aprimoramento do Modelo de Gestão da Dívida Ativa			
Fomentar a Redução da Taxa de Congestionamento nas Serventias Judiciais			
Operacionalizar Ações que Visem à Erradicação da Sub-identificação de Óbitos			
AÇÃO OPERACIONAL	9.000.000	11.000.000	20.000.000
Fortalecimento de Perícias			

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 01:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 02:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 03:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 04:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES

PROGRAMA PAG 05:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

3 - GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46.070.000	66.250.000	112.320.000
PROJETOS ESTRATÉGICOS	46.070.000	66.250.000	112.320.000
Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)			
Portal do Conhecimento do TJERJ (continuidade)			
Efetividade dos Indicadores Jurisdicionais (continuidade)			
Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 3 (continuidade)			
Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)			
Estudo Técnico para Atualização do Sistema Informatizado Administrativo (Processo Administrativo Eletrônico) (continuidade)			
Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)			
Aperfeiçoamento da Classificação dos Processos Judiciais			
Desenvolvimento da Certidão Eletrônica de Registro de Distribuição dos Feitos Judiciais Expedida pelos Distribuidores, Contadores e Partidores (DCP) do Estado do Rio de Janeiro			
Implementação do Sistema de Monitoramento nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas			
Estudo Técnico para Atualização dos Sistemas Informatizados de 1º e 2º grau			
Racionalização do Acervo Arquivístico do PJERJ - Documentos Administrativos			
4 - INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO	96.250.000	84.120.000	180.370.000
PROJETOS ESTRATÉGICOS	93.550.000	84.120.000	177.670.000
Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)			
Mapear Áreas de Acessibilidade nos Fóruns do Estado do Rio de Janeiro			
Expansão do Sistema de Videoconferência nas Audiências nas Varas Criminais do PJERJ			
Plano de Obras			
AÇÕES OPERACIONAIS	2.700.000	-	2.700.000
Substituição do Sistema de Ar Condicionado do Fórum Regional de Jacarepaguá			
Substituição do Sistema de Ar Condicionado do Fórum da Comarca de São Gonçalo			
5 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	470.000	-	470.000
PROJETOS ESTRATÉGICOS	470.000	-	470.000
Aprimoramento da Governança Institucional Através do Fortalecimento dos Controles Internos, da Auditoria Interna e da Gestão de Riscos			
Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)			
Erradicação do Sub-Registro no Sistema Carcerário			
Programa Integrado de Gestão de Pessoas			
Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes			
Implementação das Casas de Família			
Total Geral	165.790.000	176.370.000	342.160.000